



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Gabinete do Reitor

Ofício nº 261 /2018/GR/UNIRIO

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 2019.

A Sua Senhoria o Senhor
Luis Claudio Martins de Araujo
Rua Assunção, nº 246, apto. 501, bl. 2, Botafogo
22251-030 Rio de Janeiro, RJ

Ref.: Edital UNIRIO nº 54/2018.

Assunto: Recurso do julgamento final de concurso (Edital UNIRIO nº 54/2018).

Senhor Candidato:

1. Trata-se de Recurso hierárquico ao Reitor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, apresentado por **Luis Cláudio Martins de Araújo** contra a decisão da Douta Banca Examinadora [“Banca”] do Concurso de Provas e Títulos para o provimento do cargo de Professor de Direito Administrativo (Adjunto A, nível 1 – 40 horas). Sustenta o recorrente, em síntese, que a nota que lhe fora atribuída na Prova de Títulos de 9, 10 (nove pontos e dez décimos), que computada com as demais notas obtidas no certame implicaram em um total de 7,25 (sete pontos e vinte e cinco décimos), sendo, portanto, inferior àquela devida, tendo em vista os critérios objetivos e as pontuações máximas admitidas pelo BAREMA utilizado pela Banca, a nota que fez por merecer na prova de títulos é a plena.
2. O recurso é tempestivo e, portanto, deve ser conhecido.
3. No que diz respeito ao mérito do Recurso Hierárquico deve ser aduzido que o recorrente demonstrou possuir um excepcional currículo acadêmico com diversas publicações em revistas classificadas com *qualis elevado*. É verdade que a Banca levou em consideração tais circunstâncias, tanto é assim que atribui-lhe o elevado grau 9,10, o qual foi o segundo maior na seleção.
4. Critérios de correção são da atribuição exclusiva da Banca, não cabendo a autoridade revisora adentrar em valorações que tenham sido praticadas pela autoridade dirigente do concurso.
5. Todavia, deve ser consignado que o BAREMA não implica em uma atribuição automática de pontuação aos candidatos. O BAREMA, ao informar os pontos que podem ser atribuídos em cada um dos diferentes itens aptos a pontuar em favor dos candidatos estabelece um critério máximo e não um mínimo, ou único. Assim, uma publicação em revista qualis 1 pode valer até o máximo de X pontos e, não necessariamente, os X pontos. Com efeito, a pontuação máxima há que ser deferida para aqueles que tenham publicações em revistas qualis que guardem pertinência com a área na qual o concurso está sendo realizado.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Gabinete do Reitor

6. A Banca ao atribuir nota ao candidato, cotejando com a pontuação prevista no BAREMA, tem o poder e o dever de analisar a pertinência da titulação apresentada com o objeto do concurso e, sobretudo, com a matéria a ser lecionada. Isto foi feito, pois a nota atribuída candidato 9,10 é altíssima e motivo de orgulho para qualquer candidato que se submeta a certame tão rígido. Neste sentido, veja-se o seguinte acórdão do Tribunal regional Federal da 2ª Região.

7.

0042986-72.2015.4.02.5101 (TRF2 2015.51.01.042986-5)

Ementa: ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. MAGISTÉRIO SUPERIOR. PROVA DE TÍTULOS. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. NECESSIDADE DE QUE AS PUBLICAÇÕES E EXPERIÊNCIA DOCENTE RELACIONEM-SE COM A ÁREA DO CONCURSO PÚBLICO A QUE CONCORRE O CANDIDATO. INTERPRETAÇÃO CONJUNTA DO EDITAL E DA RESOLUÇÃO DELIBERATIVA Nº 75/13 DO CEPE/UFRRJ. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA. DESPROVIMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO. 1 - A impetrante, aprovada no concurso público para provimento de vaga destinada ao cargo de professor adjunto, referente à disciplina de equideocultura, do Departamento de Produção Animal do Instituto de Zootecnia, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, regulado pelo edital nº 18/14, objetiva, com a impetração do presente mandado de segurança, que seja atribuída uma nova pontuação em relação à prova de títulos por ela realizada. 2 - O ordenamento jurídico pátrio adota, em tema de concurso público, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, sendo o edital um ato vinculante tanto para a administração pública quanto para os candidatos que se submetem ao concurso, de forma que todos devem observar as regras ali estabelecidas. 3 - *O poder judiciário deve limitar-se à análise da legalidade das normas instituídas no edital e dos atos praticados na realização do concurso, sendo vedado o exame dos critérios de formulação dos itens, de correção de provas e de atribuição de notas aos candidatos, matérias de responsabilidade da banca examinadora.* 4 - *A Reitoria da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, ao verificar que não tinha previsão no edital o fator de redução de 1/3 (um terço) aplicado pela comissão examinadora em relação às publicações estranhas à área objeto do concurso, determinou que a atribuição de pontuação seguisse obrigatoriamente o barema para a avaliação dos títulos, de forma que somente fossem pontuadas as publicações na área objeto do concurso, tendo desconsiderado as notas atribuídas a todos os candidatos, e não somente a da impetrante, referentes a publicações estranhas à área objeto do concurso.* 5 - Com efeito, a interpretação conjunta do edital do concurso público e da Deliberação nº 75/13, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Gabinete do Reitor

----- -UFRRJ, aponta na direção de que a pontuação relativa às publicações e à experiência docente devem ser conferidas somente àquelas que se refiram à área objeto do concurso público. 6 - Em relação ao pedido para que seja revista a pontuação atribuída, na prova de títulos, a duas outras candidatas, ao argumento de que teriam sido pontuadas publicações que não 1 possuem na tabela da CAPES, tomada como referência no barema para avaliação dos títulos, a qualificação atribuída pela comissão examinadora, insta registrar que não há qualquer menção no edital do concurso ou no barema para avaliação dos títulos sobre quando se deve considerar a existência de qualificação referente aos artigos publicados de cada candidato - na época da realização do concurso público ou no ano da publicação -, não havendo qualquer ilegalidade na conduta da comissão examinadora ao considerar a qualificação da data da publicação dos artigos. Tal questão inclusive restou decidida pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. 7 - A procedência do pedido formulado pela impetrante representaria violação ao princípio constitucional da isonomia, uma vez que a atribuição de critério de pontuação diferenciado a determinado candidato implicaria necessariamente o atingimento da classificação de outros candidatos, que se sujeitaram aos critérios adotados pela administração pública, sendo perfeitamente possível que entre eles existam outros em idêntica situação fática. 8 - Recurso de apelação desprovido.

8. Classe: Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9. Órgão julgador: 5ª TURMA ESPECIALIZADA
10. Data de decisão: 23/09/2016
11. Data de disponibilização: 27/09/2016
12. Relator: FIRLY NASCIMENTO FILHO

13. Todo modo, é importante frisar que o requerente detalhou em seu recurso defesa de todos os QUADROS. Importa saber que nos quadros 1, 2 e 3 o mesmo obteve a pontuação máxima, não cabendo aprofundar a discussão recursal para esses itens. Apenas no Quadro 4, há requerimento do candidato para os seguintes itens: 4.1 – Docência na graduação na área por semestre; 4.2 – Disciplina na Pós-Graduação lato sensu na área por semestre letivo; 4.4 – Curso e/ou Disciplina de Extensão (30 horas ou mais); 4.8- Experiência profissional na área por ano.

14. 4.1 – Docência na graduação na área por semestre
15. A Banca considerou as atividades comprovadas, não aceitando declaração de instituição de ensino não datada e sem determinação de período lecionado. O que está correto.
16. 4.2 – Disciplina na Pós-Graduação lato sensu na área por semestre letivo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Gabinete do Reitor

17. A Banca considerou que o candidato não comprovou exercício por semestre letivo. O que está de acordo com o previsto no item.
18. 4.4 – Curso e/ou Disciplina de Extensão (30 horas ou mais)
19. A Banca considerou que o candidato comprovou os cursos de Extensão na Escola da AGU. O que está de acordo com o previsto no item.
20. 4.8- Experiência profissional na área por ano.
21. A Banca considerou todos os pontos de experiência profissional do candidato.
22. Assim, nada há a prover no presente recurso hierárquico, mantendo-se, portanto, a nota final do recorrente em 7.25, haja vista que a correção da prova de títulos e a aplicação do BAREMA não merece qualquer reprimenda por parte desta instância recursal.
23. Agradecendo a atenção dispensada e contando com a compreensão de Vossa Senhoria, reitero os meus cumprimentos.

Atenciosamente,



Ricardo Silva Cardoso
Vice-Reitor no exercício da Reitoria

TTDD: 995

| | | |
|--------|---|--------------|
| UNIRIO | REQUERIMENTO DE ALUNO AO PROTOCOLO DO CCJP (PREENCHER EM LETRA DE FORMA) | PROTOCOLO Nº |
| | | 131208 |

| | | |
|--|---|-------------------------------------|
| NOME DO REQUERENTE LUIS CLAUDIO MARTINS DE ARAUJO | | |
| MATRÍCULA | TELEFONES P/ CONTATO (21) 99874.6004 | |
| E-MAIL | | |
| CURSO | PERÍODO | EX-ALUNO |
| | | <input type="checkbox"/> CONCLUINTE |

| SOLICITAÇÃO | DESTINO |
|--|--------------------|
| <input type="checkbox"/> DECLARAÇÃO DE REGULARMENTE MATRICULADO | SECRETARIA |
| <input type="checkbox"/> RECURSO/CONCURSO PÚBLICO | DIREÇÃO |
| <input type="checkbox"/> DECLARAÇÃO PARA OAB (LEI 6494) | SECRETARIA |
| <input type="checkbox"/> DECLARAÇÃO COM PREVISÃO DE CONCLUSÃO DE CURSO | SECRETARIA |
| <input type="checkbox"/> CERTIDÃO DE CONCLUSÃO DE CURSO (COLOU GRAU EM ___/___/___) | SECRETARIA |
| <input type="checkbox"/> DIPLOMA DE GRADUAÇÃO | DECANIA |
| <input type="checkbox"/> DISPENSA DE DISCIPLINAS (anexar histórico escolar e ementas) | COMISSÃO MATRÍCULA |
| <input type="checkbox"/> CANCELAMENTO DE EMENTAS DE DISCIPLINAS (anexar ementas impressas) | SECRETARIA |
| <input type="checkbox"/> EMISSÃO DE HISTÓRICO ESCOLAR | SECRETARIA |
| <input type="checkbox"/> MOBILIDADE ACADÊMICA (Internacional/Nacional) | DIREÇÃO |
| <input type="checkbox"/> EQUIVALÊNCIA DE DISCIPLINA | DIREÇÃO |
| <input type="checkbox"/> AGENDAR REUNIÃO COM A DIREÇÃO | DIREÇÃO |
| <input type="checkbox"/> ALTERAÇÃO DE NOTA (anexar autorização do professor) | SECRETARIA |
| <input type="checkbox"/> LANÇAMENTO DE HORAS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES (anexar certificado) | COMISSÃO MATRÍCULA |
| <input type="checkbox"/> CANCELAMENTO DE MATRÍCULA NO CURSO | SECRETARIA |
| <input type="checkbox"/> INCLUSÃO DE DISCIPLINA | SECRETARIA |
| <input type="checkbox"/> EXCLUSÃO DE DISCIPLINA | SECRETARIA |
| <input type="checkbox"/> TRANCAMENTO DE DISCIPLINA | SECRETARIA |
| <input type="checkbox"/> TRANCAMENTO DE MATRÍCULA (ATENÇÃO: apenas se pode trancar por 1 semestre) | SECRETARIA |
| <input type="checkbox"/> COLAÇÃO DE GRAU EXTEMPORÂNEA | DIREÇÃO |
| <input type="checkbox"/> ASSINATURA DE CONTRATO DE ESTÁGIO | DIREÇÃO |
| <input checked="" type="checkbox"/> OUTROS ASSUNTOS ** | ----- |

| | | |
|---|--------------------------|-----------------------------|
| JUSTIFICATIVA (* USE O VERSO SE NECESSÁRIO) RECURSO EM ANEXO | | |
| DATA DO PEDIDO 13/12/18 | ASSINATURA DO REQUERENTE | RUBRICA DO SERVIDOR Nilo |
| RECEBI A RESPOSTA AO REQUERIDO (RUBRICAR E DATAR) | | |



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (PROGEPE)

**MAGNÍFICO REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO (UNIRIO)**

LUIS CLAUDIO MARTINS DE ARAUJO, Identidade nº 1268 da Advocacia-Geral da União (AGU), CPF nº 042.704.617-30, residente e domiciliado na Rua Assunção, nº 246, ap. 501, bl. 2, Botafogo, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 22251-030, vem, por meio deste, nos termos do artigo 7.4 do Edital nº 54, de 17 de setembro de 2018, **APRESENTAR O PRESENTE RECURSO DO JULGAMENTO FINAL** do Concurso de Professor Adjunto A, nível 1, regime de trabalho de 40 horas semanais, em Direito/Direito Administrativo, do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas, Departamento de Direito Positivo.

DA TEMPESTIVIDADE

Nos termos do artigo 7.4 do Edital nº 54, de 17 de setembro de 2018 “o candidato poderá recorrer do julgamento final (...) no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da divulgação do resultado final”.

Ora, uma vez que o resultado final do concurso se deu na data de 06 de Dezembro de 2018, o prazo final para apresentação do presente tem como termo final o dia 13 de Dezembro de 2018. Desta forma, plenamente tempestivos os presentes.

DO CABIMENTO

Segundo dispõe o artigo 7.4 do Edital nº 54, de 17 de setembro de 2018 “o candidato poderá recorrer do julgamento final, mediante representação fundamentada e dirigida ao Reitor, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da divulgação do resultado final”.

Logo, o presente recurso deve ser direcionado, na forma do Edital supra ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

DOS FUNDAMENTOS

O candidato obteve a nota final de 7,25 (sete vírgula vinte e cinco) pontos, na média aritmética das provas escritas, didática e de títulos para o Concurso de Professor Adjunto A, nível 1, regime de trabalho de 40 horas semanais, em Direito/Direito Administrativo, do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas, Departamento de Direito Positivo, tendo sido aprovado e classificado, nos termos do artigo 6.9 e 6.11 do Edital nº 54, de 17 de setembro de 2018.

Particularmente em relação à prova de títulos, o candidato obteve a nota de 9,1 (nove vírgula um). Ora, nos termos do artigo 6.3.3 do Edital nº 54, de 17 de setembro de 2018, na prova de títulos serão considerados os documentos comprobatórios da formação profissional, aperfeiçoamento, atividades docentes, científicas e culturais, realizações profissionais e trabalhos publicados, obedecendo a uma escala de valores específica estabelecida pela Comissão Examinadora, assim discriminados:

QUADRO 1 – QUALIFICAÇÃO ACADÊMICA (Pontuação Máxima: 10 pontos)

| ESPECIFICAÇÕES | Pontuação Unitária | No. de Produtos | Pontuação Atribuída |
|--|--------------------|-----------------|---------------------|
| Diploma de Graduação plena(máximo 2) | 2 | | |
| Certificado de Especialização (máximo: 2) | 2 | | |
| Diploma de Mestrado (máximo: 2) | 4 | | |
| Comprovante de Pós-Doutorado (máximo: 2) | 2 | | |
| Pontuação do Candidato no Quadro 1 | | | |

Ora, em relação ao quadro 1 (qualificação acadêmica), o candidato apresentou os seguintes títulos:

1. Diplomação de Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).
2. Certificado de Especialização em *International Environmental Law* pela *United Nations Institute for Training and Research* (UNITAR).
3. Diploma de Mestrado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
4. Comprovante de Pós-doutorado pela *University of Oxford* (Oxford).
5. Comprovante de Pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Neste sentido, o candidato teria obtido a nota final de 12,00 (doze) pontos, em relação ao quadro 1 (qualificação acadêmica), limitado à pontuação máxima de 10,00 (dez) pontos.

QUADRO 2– PUBLICAÇÕES E PRODUÇÃO CIENTÍFICA, ARTÍSTICA E TECNOLÓGICA (Pontuação Máxima: 30 pontos)

| ESPECIFICAÇÕES | Pontuação | No. de Produtos | Pontuação Atribuída |
|---|------------------|------------------------|----------------------------|
| 2.1. Artigo publicado em periódicos, na categoria A1 a B1, segundo Qualis/Capes | 2,0 | | |
| 2.2. Artigo publicado em periódicos, na categoria B2 a B5, segundo Qualis/Capes | 1,5 | | |
| 2.3. Livro/Edição crítica indexado de circulação nacional e internacional, com pelo menos 50 páginas | 2,2 | | |
| 2.4. Livro/Edição crítica indexado de circulação regional, com pelo menos 50 páginas | 0,5 | | |
| 2.5. Capítulo de livro indexado de circulação nacional e internacional | 1,5 | | |
| 2.6. Capítulo de livro indexado de circulação regional | 0,2 | | |
| 2.7. Organização de livros indexados de circulação nacional ou internacional | 1,0 | | |
| 2.8. Organização de livros indexados de circulação regional, catálogos e revistas | 0,2 | | |
| 2.9. Trabalho completo em Anais (com 05 ou mais páginas) | 0,5 | | |
| 2.10. Resumo em Anais de Congressos | 0,2 | | |
| 2.11. Tradução de livro didático ou científico indexado | 0,2 | | |
| Pontuação do Candidato no Quadro 2 | | | |

Ora, em relação ao quadro 2 (publicações e produção científica, artística e tecnológica), o candidato apresentou os seguintes títulos:

2.1. Artigo publicado em periódicos, na categoria A1 a B1, segundo Qualis/Capes

- MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; MORAES, G. B. P. . Contramajoritarismo dialógico-argumentativo e legitimação das expectativas institucionais: o papel estabilizador das cortes nas sociedades complexas. REVISTA QUAAESTIO IURIS, v. 11, p. 923-943, 2018.
- MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; HERCULANO, R. B. . Sociedades igualitárias e relações homoafetivas: o poder judiciário como equalizador das minorias estigmatizadas?. REVISTA JURÍDICA (FURB. ONLINE), v. 22, p. 197-218, 2018.
- MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; REBELLO, V. G. . Jurisdição Internacional e o papel da Corte Interamericana de Direitos Humanos. CADERNO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, v. 8, p. 27-58, 2017.
- MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; VIEGAS, T. M. . Discriminação positiva e as ações afirmativas: Equalização e reparação histórica das minorias estigmatizadas pelas medidas positivas de inclusão no serviço público. Revista Quaestio Iuris, v. 9, p. 181-204, 2016.
- MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio. A Jurisdição Globalizada e a Consistência Argumentativa entre Cortes Constitucionais no Diálogo Transnacional. Revista Jurídica Luso Brasileira, v. 3, p. 961-998, 2015.

6. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio. A Jurisdição Constitucional no Sistema da Commonwealth: A Conformação de uma Nova Alternativa Institucional à Supremacia Judicial. RJLB - REVISTA JURÍDICA LUSO-BRASILEIRA, v. 4, p. 853-877, 2015.

7. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio. The Transnational Institutional Dialogue in Belo Monte Dam Case. Veredas do Direito (Belo Horizonte), v. 9, p. 117, 2012.

Neste sentido, em relação ao item 2.1, o candidato teria obtido a nota final de 14,00 (quatorze) pontos.

2.2. Artigo publicado em periódicos, na categoria B2 a B5, segundo Qualis/Capes

1. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio. The Transnational Institutional Dialogue in Belo Monte Dam Case. Revista da AGU, v. 02, p. 9-44, 2015.

2. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio. O Diálogo Institucional entre Cortes Constitucionais: Uma Nova Racionalidade Argumentativa da Jurisdição Constitucional Justificada pelos Diálogos Institucionais Transnacionais. Revista da AGU, v. 143, p. 1, 2014.

3. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio. O Diálogo Institucional entre Cortes Constitucionais: uma nova racionalidade argumentativa da jurisdição constitucional justificada pelos diálogos institucionais transnacionais. Revista da AGU, v. 39, p. 225-252, 2014.

4. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio. O Diálogo Institucional entre Cortes Locais e Cortes Transnacionais. Revista da AGU, v. 134, p. 1, 2013.

5. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio. Supremacia ou Diálogos Judiciais? O Desenvolvimento de uma Jurisdição Constitucional Verdadeiramente Democrática a Partir da Leitura Institucional. Revista da AGU, v. 141, p. 1, 2013.

6. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio. Supremacia ou Diálogos Judiciais? O Desenvolvimento de uma Jurisdição Constitucional Verdadeiramente Democrática a Partir da Leitura Institucional. Revista da AGU, v. 38, p. 269-302, 2013.

7. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio. Novos Arranjos Institucionais: Redimensionamento das capacidades constitucionais pelo papel dialógico-democrático da Advocacia-Geral da União. Revista da AGU, v. 34, p. 9, 2012.

8. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio. Princípios Jurídicos do Direito Ambiental. Revista da AGU, v. 106, p. 1, 2010.

9. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio. Espaços Territoriais Especialmente Protegidos. Revista da AGU, v. 98, p. 1, 2010.

Neste sentido, em relação ao item 2.2, o candidato teria obtido a nota final de 13,5 (treze vírgula cinco) pontos.

2.3. Livro/Edição crítica indexado de circulação nacional e internacional, com pelo menos 50 páginas

1. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio. Constitucionalismo transfronteiriço, direitos humanos e direitos fundamentais: a consistência argumentativa da jurisdição de garantias nos diálogos transnacionais. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. 376p.

2. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio. The institutional dialogue between Supreme Court of Brazil and Inter-American Commission on Human Rights in Belo Monte Case.. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2011. 110p.

Neste sentido, em relação ao item 2.3, o candidato teria obtido a nota final de 4,4 (quatro vírgula quatro) pontos.

2.5. Capítulo de livro indexado de circulação nacional e internacional

1. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio. Resiliência Constitucional e o papel estabilizador das constituições nas sociedades democráticas. In: Carlos Alberto Bolonha, Fábio de Oliveira, Maíra Almeida, Elpidio Luz. (Org.). 30 anos da Constituição de 1988: uma jornada inacabada. 1ed.Belo Horizonte: Editora Fórum, 2018, v. , p. 605-618.

2. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; MACEDO, P. E. V. B. . O diálogo institucional entre Cortes Constitucionais: A jurisdição constitucional justificada pelos diálogos transnacionais. In: Martonio Mont'Alverne Barreto Lima; Paulo Roberto Barbosa Ramos. (Org.). Teoria Constitucional. 1ed.Florianópolis: CONPEDI, 2015, v. , p. 1-28.

3. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio. Supremacia ou diálogos judiciais? O desenvolvimento de uma Jurisdição Constitucional verdadeiramente democrática a partir da leitura institucional. In: José Ribas Vieira; Vanice Regina Lírio do Valle; Gabriel Lima Marques. (Org.). Democracia e suas Instituições.. 1ªed.Rio de Janeiro: Imo's Gráfica e Editora, 2014, v. , p. 93-106.

4. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio. Novos arranjos institucionais: Redimensionamento das capacidades constitucionais pelo papel dialógico-democrático da Advocacia- Geral da União. In: Margarida Maria Lacombe Camargo; Cecilia Caballero Lois; Gabriel Lima Marques. (Org.). Democracia e jurisdição: novas configurações constitucionais brasileiras. 1ed.Rio de Janeiro: Imo's Gráfica e Editora, 2013, v. , p. 583-603.

5. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio. O Diálogo Institucional entre Cortes Locais e Cortes Transnacionais. Conselho Nacional de Pesquisa e pós-graduação em Direito. Direito Internacional. XX1ed.Florianópolis: Fundação José Arthur Boiteux, 2012, v. , p. 311-333.

Neste sentido, em relação ao item 2.5, o candidato teria obtido a nota final de 7,5 (sete vírgula cinco) pontos.

2.10. Resumo em Anais de Congressos

1. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio. The cross-border constitutionalism. In: ICON-S Conference. International Society of Public Law, 2017, Copenhage. Courts, Power, Public Law, 2017. p. 40-41.

2. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio. The impact of cross-border constitutionalism in the legal systems: The rational of judicial rights review based on the transnational dialogue. In: ICON-S Conference. International Society of Public Law, 2017, Copenhage. Courts, Power, Public Law, 2017. p. 321-322.

3. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; SOUSA, D. A. B. C. . Diálogos transnacionais entre cortes constitucionais como vetor para construção de um desenho institucional constitucional democrático. In: II Congresso Internacional de Direito Público: justiça e efetivação dos direitos humanos, 2017,

Coimbra. Anais do II Congresso Internacional de Direito Público: justiça e efetivação dos direitos humanos, 2017.

4. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; SOUSA, D. A. B. C. ; REZENDE, L. H. . A jurisdição constitucional no sistema da commonwealth. A conformação de uma nova alternativa institucional à supremacia judicial. In: VI Fórum de Grupos de Pesquisa em Direito Constitucional e Teoria do Direito, 2014, Rio de Janeiro. Anais do VI Fórum de Grupos de Pesquisa em Direito Constitucional e Teoria do Direito, 2014.

5. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; MENDONCA, G. A. ; MUANES, R. G. . Supremacia ou diálogos judiciais? O desenvolvimento de uma Jurisdição Constitucional verdadeiramente democrática a partir da leitura institucional. In: V Fórum de Grupos de Pesquisa em Direito Constitucional e Teoria do Direito, 2013, Rio de Janeiro. Anais do V Fórum de Grupos de Pesquisa em Direito Constitucional e Teoria do Direito, 2013.

6. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; BOLONHA, Carlos Alberto Pereira das Neves . Novos arranjos institucionais: Redimensionamento das capacidades constitucionais pelo papel dialógico-democrático da Advocacia- Geral da União. In: IV Fórum de Grupos de Pesquisa em Direito Constitucional e Teoria do Direito, 2012, Rio de Janeiro. Anais do IV Fórum de Grupos de Pesquisa em Direito Constitucional e Teoria do Direito, 2012.

7. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; MOREIRA, E. R. . Direito Constitucional Contemporâneo. In: III Fórum de Grupos de Pesquisa em Direito Constitucional e Teoria do Direito, 2011, Rio de Janeiro. Anais do III Fórum de Grupos de Pesquisa em Direito Constitucional e Teoria do Direito, 2011.

8. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; MOREIRA, E. R. . As reformas constitucionais no Constitucionalismo Bolivariano. In: III Fórum de Grupos de Pesquisa em Direito Constitucional e Teoria do Direito, 2011, Rio de Janeiro. Anais do III Fórum de Grupos de Pesquisa em Direito Constitucional e Teoria do Direito, 2011.

9. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; MOREIRA, E. R. . Campo de Proteção Penal-Constitucional. In: III Fórum de Grupos de Pesquisa em Direito Constitucional e Teoria do Direito, 2011, Rio de Janeiro. Anais do III Fórum de Grupos de Pesquisa em Direito Constitucional e Teoria do Direito, 2011.

10. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; BOLONHA, Carlos Alberto Pereira das Neves . Aspectos Dialógicos da Advocacia Geral da União.. In: XXXIV Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012, Rio de Janeiro. Livro de resumos da XXXIV Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

11. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; MOREIRA, E. R. . Jurisprudência Constitucional do STF- estudo de casos com maior repercussão acerca dos Direitos e Garantias Individuais e Coletivos. In: XXXIV Jornada de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012, Rio de Janeiro. Livro de resumos da XXXIV Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

Neste sentido, em relação ao item 2.10, o candidato teria obtido a nota final de 2,2 (dois vírgula quatro) pontos.

Desta feita, o candidato teria obtido a nota final de 41,6 (quarenta e um vírgula seis) pontos, em relação ao quadro 2 (publicações e produção científica, artística e tecnológica), limitado à pontuação máxima de 30,00 (trinta) pontos.

QUADRO 3 – ATIVIDADES TÉCNICO-CIENTÍFICAS E ORIENTAÇÃO

(Pontuação Máxima: 20 pontos)

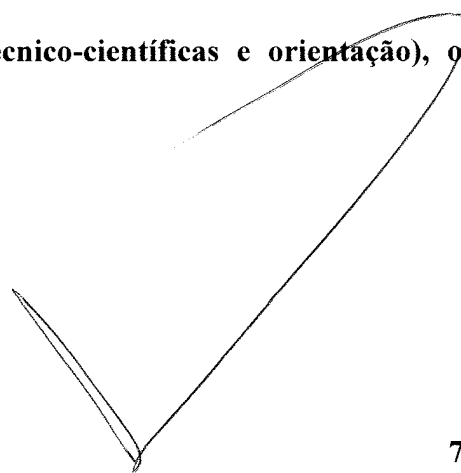
| ESPECIFICAÇÕES | Pontuação | No. de Produtos | Pontuação Atribuída |
|---|-----------|-----------------|---------------------|
| 3.1. Participação em corpo editorial de periódicos | 0,5 | | |
| 3.2. Membro de comissão científica a instituições de fomento à pesquisa ou a projetos culturais | 1,0 | | |
| 3.3. Parecerista ad-hoc em periódicos, agências de fomento e eventos | 0,5 | | |
| 3.4. Participação em Conselhos dos Sistemas de Ensino, Pesquisa, Cultura e Profissionais | 1,0 | | |
| 3.5. Participação em bancas de admissão à carreira docente | 1,0 | | |
| 3.6. Participação em bancas de mestrado e de doutorado | 0,3 | | |
| 3.7. Participação em bancas de graduação | 0,1 | | |
| 3.8. Prêmios atribuídos publicamente por instituição acadêmica | 0,5 | | |
| 3.9. Orientação de mestrado * | 0,5 | | |
| 3.10. Orientação de doutorado * | 1,0 | | |
| 3.11. Orientação de pós-doutorado * | 0,3 | | |
| 3.12. Orientação de alunos de graduação (monografia, estágio interno, IC, extensão, PIBIC e PIBID)* | 0,1 | | |
| 3.13. Co-orientação de doutorado* | 0,5 | | |
| 3.14. Co-orientação de mestrado* | 0,2 | | |
| 3.15. Auxílio para desenvolvimento de projeto de pesquisa, ensino ou de extensão | 0,3 | | |
| 3.16. Bolsa individual de docência, pesquisa, formação ou extensão | 0,5 | | |
| Pontuação do Candidato no Quadro 3 | | | |

* Orientações concluídas

Ora, em relação ao quadro 3 (atividades técnico-científicas e orientação), o candidato apresentou os seguintes títulos:

3.1. Participação em corpo editorial de periódicos

1. REVISTA DA AGU
2. Revista da Advocacia Pública Federal
3. Revista de Direito Constitucional Internacional e Comparado



4. Revista Científica Virtual da Escola Superior de Advocacia (ESA) da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Neste sentido, em relação ao item 3.1, o candidato teria obtido a nota final de 2,0 (dois) pontos.

3.3. Parecerista *ad-hoc* em periódicos, agências de fomento e eventos

- . Cosmopolitan Law Journal (1 parecer)
- . Revista de Direito dos monitores da Universidade Federal Fluminense (3 pareceres)
- . REVISTA DA AGU (9 pareceres)
- . Revista da Advocacia Pública Federal (1 parecer)
- . Revista de Direito Constitucional Internacional e Comparado (2 pareceres)

Neste sentido, em relação ao item 3.3, o candidato teria obtido a nota final de 8,0 (oito) pontos (considerando os pareceres elaborados) ou 2,5 (dois vírgula cinco) pontos (considerando a vinculação institucional).

3.4. Participação em Conselhos dos Sistemas de Ensino, Pesquisa, Cultura e Profissionais

1. Membro da Comissão de Processo Constitucional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
2. Membro da Comissão de Assuntos Legislativos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
3. Membro da Comissão de Direito Constitucional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
4. Membro da Comissão Executiva da Escola da Advocacia-Geral da União (EAGU).

Neste sentido, em relação ao item 3.4, o candidato teria obtido a nota final de 4,0 (quatro) pontos.

3.6. Participação em bancas de mestrado e de doutorado

1. VAL, E. M.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; MORAES, G. B. P.; LEGALE, S.. Participação em banca de GUILHERME CANDELORO RIBEIRO. E-democracia, ciberpolítica e crise de legitimidade: Nova accountability, e-participação e sua viabilidade no sistema representativo contemporâneo. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal Fluminense.
2. MORAES, G. B. P.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; SILVA, L. R. M.. Participação em banca de MAGDA SOARES MOREIRA CESAR BORBA. O direito ao esquecimento na era da informação: limites para sua aplicabilidade e desafios para sua efetivação no ambiente virtual. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Veiga de Almeida.

Neste sentido, em relação ao item 3.6, o candidato teria obtido a nota final de 0,6 (zero vírgula seis) pontos.

3.7. Participação em bancas de graduação

1. IBRAHIM, F. Z.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; PULCINELLI, E.. Participação em banca de ISABELLA AROUCA PEREIRA DA SILVA.Os benefícios por incapacidade sob a égide da medida provisória 767/2017. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
2. IBRAHIM, F. Z.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; PULCINELLI, E.. Participação em banca de ROBERTO JEOVANI MARCHON LEÃO.A Unificação da Cobrança do ICMS. ISS e IPI pelo Governo Federal. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
3. MARSHALL, C. I. F.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; GONCALVES JUNIOR, J. C.. Participação em banca de YURI NOGUEIRA MAIMONE.Direito Econômico no Brasil nos Tempos da Guerra Fria. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
4. CEIA, E. M.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; OLIVEIRA, R. C. R.. Participação em banca de MARCELA BOTELHO NUNES.Estabilidade dos Servidores Públicos sob a Ótica do Princípio da Eficiência. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
5. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; CEIA, E. M.; OLIVEIRA, R. C. R.. Participação em banca de GUSTAVO XIMENES PINTO.Concurso Público e a Investigação Social: a impossibilidade de eliminação de candidato na pendência de inquérito policial ou ação penal não transitada em julgado. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
6. GOMES, R. M. A.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; VIOLA, R.. Participação em banca de MARCELO VON OERTZEN MUNTOREANU.Adimplemento Substancial: sua caracterização jurídica. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
7. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; FERREIRA, D. B.; CEIA, E. M.. Participação em banca de IHURY BASTOS PEREIRA DARMONT.O sistema britânico do weakform, como solução para a crise de legitimidade do sistema constitucional brasileiro. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
8. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; FERREIRA, D. B.; OLIVEIRA, R. C. R.. Participação em banca de MARIANA GOULART.O terceiro setor e o papel das Organizações Sociais no sistema jurídico brasileiro. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

9. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; FERREIRA, D. B.; OLIVEIRA, F. M. R.. Participação em banca de VITOR CASAL RIBEIRO. Supremacia judicial e diálogos constitucionais. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
10. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; GONCALVES JUNIOR, J. C.; OLIVEIRA, F. M. R.. Participação em banca de MARCELO DE OLIVEIRA LYRA. Desapropriação: Olimpíadas, a função social da propriedade no Rio de Janeiro. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
11. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; GONCALVES JUNIOR, J. C.; OLIVEIRA, R. C. R.. Participação em banca de CONRADO GOMES OGNIBENI VARGAS. Renúncia Fiscal como Ato de Improbidade Administrativa no Acordo de Leniência. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
12. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; COSTA, A. R.; CEIA, E. M.. Participação em banca de ALANA WINOGRAD. A implementação das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos nos casos de violação ao direito à vida: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
13. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; SOUZA, T. L. S. E.; SANTORO, A. E. R.. Participação em banca de LUCAS HOLMES DE REZENDE SERRANO. As influências do fascismo na sistemática processual penal brasileira. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
14. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; MOREIRA, E. R.; TAYAH, J. M.; SILVA JUNIOR, E. M.. Participação em banca de OTACÍLIO PAULO DA SILVA NETO. O direito ao esquecimento na sociedade da informação. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
15. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; MOREIRA, E. R.; TAYAH, J. M.. Participação em banca de MARCELO DE SÁ PANTOSA FILHO. O Estado de Coisa Inconstitucional como instrumento de ampliação da tutela dos direitos fundamentais no Brasil. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
16. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; MOREIRA, E. R.; TAYAH, J. M.. Participação em banca de THIAGO RICARDO BUONASPERANZA FERREIRA. Cláusula de barreira e suas repercussões e possível adequação à atual realidade constitucional brasileira. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
17. COSTA, A. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; SOUZA, A. L. S. C.. Participação em banca de RODRIGO FERNANDES CORREIA LOPES. Foro por prerrogativa de função: uma análise da competência do Supremo Tribunal Federal. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

18. GONCALVES JUNIOR, J. C.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; OLIVEIRA, R. C. R.. Participação em banca de MARCIO EDUARDO SETTE FORTES DE ALMEIDA. Direito e escassez: mínimos existenciais à luz da responsabilidade fiscal - hard case da saúde no Rio de Janeiro. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
19. COSTA, A. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; SOUZA, A. L. S. C.. Participação em banca de LUÍS GUSTAVO SANT'ANNA SIMÕES VAGOS. A (in)efetividade dos instrumentos de controle da omissão inconstitucional no direito brasileiro. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
20. MARSHALL, C. I. F.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; PESSOA, L. R.. Participação em banca de FELIPPE GUERRA VEIGA DE ALMEIDA. Comparação entre os contratos de concessão para os contratos de partilha do setor petrolífero: aspectos jurídicos e desafios. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
21. CEIA, E. M.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; LIMA, M. M. C.. Participação em banca de ISABELA REBOUÇAS DARKENWALD FARIAS. Medicamentos de alto custo: judicialização da saúde e o princípio da reserva do possível. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
22. LOURENCO, D. B.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; GONCALVES JUNIOR, J. C.. Participação em banca de LUISA MATTA RAMOS. Responsabilidade administrativa ambiental das empresas no dano ambiental. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
23. IBRAHIM, F. Z.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; GOMES, R. M. A.. Participação em banca de FRANCISCA NEVES DE SOUSA POIARES BAPTISTA. Crise no sistema previdenciário: necessidade de uma reforma e a garantia do mínimo existencial. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
24. CEIA, E. M.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; GONCALVES JUNIOR, J. C.. Participação em banca de DYLMAR FIGUEIREDO GOMES NETTO. Presidencialismo de coalizão à luz do atual sistema político-constitucional brasileiro. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
25. CEIA, E. M.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; LIMA, M. M. C.. Participação em banca de MIGUEL JAOUOLAK LAINO JUNIOR. Aspectos constitucionais do Estado de Calamidade Financeira. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
26. MULTEDO, R. V.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; CERVASIO, D. B.. Participação em banca de ANTÔNIO EDGAR LUTTERBACH HABIB GOMES. Reflexões sobre a guarda

compartilhada. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

27. SANTOS, P. G.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; VILLAR, L. P. G.. Participação em banca de THAMARA JAOLAK LAINO BOMFIM.Os direitos trabalhistas nos cargos em comissão em regime celetista. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

28. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; LEGALE, S.; RIBEIRO, I. A. C.. Participação em banca de PAULO HENRIQUE LOPES VAZ DE MELO.A implementação das sentenças condenatórias da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Brasil. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

29. COSTA, A. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; SOUZA, A. L. S. C.. Participação em banca de MARIANA DE OLIVEIRA FERREIRA.A reforma do sistema eleitoral. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

30. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; FERREIRA, D. B.; GONCALVES JUNIOR, J. C.. Participação em banca de FELIPE PEREIRA GOUVEA.O princípio da isonomia como delimitador do campo de incidência do ISS fixo e variável sobre a pessoa jurídica. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

31. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; MARSHALL, C. I. F.; GONCALVES JUNIOR, J. C.. Participação em banca de FELLIPE MÜLLER BARBOZA CORREIA.O papel do Estado frente às novas tecnologias: O caso Uber. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

32. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; GONCALVES JUNIOR, J. C.; REIS, M. M.. Participação em banca de MARIANA VASQUES NOGUEIRA.Um estudo teórico e prático acerca da necessidade de controlar os gastos públicos: estudo de casos nos contratos de tecnologia da informação realizado pelo IBGE. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

33. MARTINS, F. B.; JATAHY, C. R. C.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio. Participação em banca de MAÍSA BERNACHI BAPTISTA.Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental: seu papel no controle de constitucionalidade concentrado brasileiro. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Fundação Getúlio Vargas.

34. MOREIRA, E. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; TAYAH, J. M.. Participação em banca de PAULO VITOR GOUVEA VIEIRA.Os contornos do conceito de liberdade religiosa à luz do constitucionalismo brasileiro. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

35. MOREIRA, E. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; TAYAH, J. M.. Participação em banca de RODRIGO BACCARAT VASCONCELLOS DE OLIVEIRA. Estudos sobre constitucionalismo: as formações sociais primitivas, direito antigo e reflexos contemporâneos. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
36. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; MARSHALL, C. I. F.; MACHADO, P. R. N.. Participação em banca de RAFAEL CARDOSO MARTINS. O dano punitivo no direito brasileiro. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
37. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; GONCALVES JUNIOR, J. C.; GOMES, G. L. S.. Participação em banca de MAURÍCIO ALEX OSTHOFF BARBOSA. Governança comparada na iniciativa privada nacional: organizações empresariais e organizações de terceiro setor. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
38. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; GONCALVES JUNIOR, J. C.; FERREIRA, D. B.. Participação em banca de ANA PAULA DE BEAUREPAIRE DA SILVA SCHWAITZER. O judicial review e o controle de constitucionalidade: o caso Marbury v. Madison. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
39. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; GONCALVES JUNIOR, J. C.; OLIVEIRA, R. C. R.. Participação em banca de STEPHANIE NUNES ALMEIDA DE AMORIM. Funções arrecadadora das agências reguladoras: Anatel. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
40. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; GONCALVES JUNIOR, J. C.; REIS, M. M.. Participação em banca de TOMMY SOBOTKA COHEN. Diferenças entre contratos da administração pública (cíveis) e contratados administrativos. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
41. CEIA, E. M.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; FERREIRA, D. B.; PINTO, A. P. M. M.. Participação em banca de DIOGO ALVES BRASIL. Uma análise comparativa no sistema constitucional brasileiro e europeu: A ilegitimidade na restrição do uso de máscaras em locais públicos. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
42. COSTA, A. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; MORAES, G. B. P.; CEIA, E. M.. Participação em banca de TIAGO MACHADO VIEGAS. A validade das Ações Afirmativas no Serviço Público. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
43. GONCALVES JUNIOR, J. C.; MARSHALL, C. I. F.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; LOBO, Antonio. Participação em banca de RODRIGO VIEIRA DAS NEVES DE ARRUDA. O

modelo de partilha de produção brasileiro: as características do novo marco regulatório à luz do direito comparado e do regime de concessão. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

44. GONCALVES JUNIOR, J. C.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; COSTA, A. R.; CEIA, E. M.. Participação em banca de CAMILA DOS SANTOS SERRANO MOTA.O controvertido poder de rejeição de leis inconstitucionais pelo Poder executivo. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

45. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; CEIA, E. M.; SANTOS, P. G.. Participação em banca de RENATO BEZERRA HERCULANO.O Poder Judiciário tem a última palavra acerca da interpretação constitucional? O Judiciário como defensor dos direitos das uniões homoafetivas. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

46. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; RODRIGUES, R. A. R.; CEIA, E. M.. Participação em banca de CAIANNI FERREIRA VIANNA..A juridicidade como limitadora da atuação administrativa: novas diretrizes de uma Administração Pública constitucionalmente orientada. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

47. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; GONCALVES JUNIOR, J. C.; RODRIGUES, R. A. R.; SILVA, R. C. E.. Participação em banca de IURI LEITE FARIAS.A superação de um modelo tributário meramente arrecadatório: Do poder de tributar normativamente direcionado ao poder de tributar eticamente direcionado. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

48. RODRIGUES, P. C. V. S. L.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; COSTA, A. R.. Participação em banca de JESSICA MOREIRA VIANNA MARTINS.O Melhor Interesse da Criança na Convenção de Haia de 1980 sobre Sequestro internacional de Crianças. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

49. MACEDO, P. E. V. B.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; FERREIRA, S. L.. Participação em banca de SÍLVIA DO ESPÍRITO SANTO RIBEIRO.Direitos humanos na Corte Internacional de Justiça e o fenômeno da ampliação da jurisdição internacional. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

50. MARSHALL, C. I. F.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; MOREIRA, E. R.; FERREIRA, D. B.. Participação em banca de GABRIEL DE CARVALHO TERENCE.A Legitimidade das Federações e Confederações para a Propositura de Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADIns. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

51. GOMES, R. M. A.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; ZANGEROLAME, F. M.. Participação em banca de RAFAELA VIEIRA GRAGNANO.O Direito à Moradia e a Proteção do

- Bem de Família Legal. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
52. GONCALVES JUNIOR, J. C.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; REIS, M. M.. Participação em banca de ELISA BALBINOT CAMBRUZZI.Regime Diferenciado de Contratações: um comparativo com a lei de licitações e contratos. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
53. FERREIRA, D. B.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; CEIA, E. M.. Participação em banca de GUSTAVO RODRIGUES MOREIRA.A Isonomia nas Forças Armadas: um estudo de casos. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
54. OLIVEIRA, R. C. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; GONCALVES JUNIOR, J. C.. Participação em banca de ULISSES REZENDE PEREIRA.Terceiro Setor: a Cooperação entre o Estado e o Setor Privado viasando à Efetivação dos Direitos Sociais. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
55. OLIVEIRA, R. C. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; MARSHALL, C. I. F.. Participação em banca de LUIZA FERNANDES BRANDAO DE OLIVEIRA.Licitações Sustentáveis. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
56. PESSOA, L. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; MARSHALL, C. I. F.. Participação em banca de LUIZA MORAES GOMES.Não incidência de Imposto de Renda nas indenizações por danos morais. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
57. COSTA, A. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; CASARA, R.; PEREIRA, E. B. V.. Participação em banca de JOÃO QUINELATO DE QUEIROZ.Da relação entre a crise de representatividade no modelo democrático brasileiro e as manifestações populares de junho de 2013. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
58. GONCALVES JUNIOR, J. C.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; PESSOA, L. R.. Participação em banca de PEDRO HENRIQUE FRANCISCO CASTILHO.Cartório de Notas: O instituto da mediação e da conciliação pelos notários. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
59. MOREIRA, E. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; TAYAH, J. M.; SILVA, M. V.; MAGALHAES, J. A. R.. Participação em banca de ADRIANA FIGUEIRA ALVES.O direito à vida do nascituro. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
60. MOREIRA, E. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; TAYAH, J. M.; LITRENTO, R. M.. Participação em banca de EDUARDO SAMPAIO DELGADO SOARES DA SILVA.Focando no

- filme: Uma abordagem direcionada pelo filme "Tempo de Matar". 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
61. MOREIRA, E. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; MAGALHAES, J. A. R.. Participação em banca de TIAGO ROSA DA CRUZ. A efetividade dos direitos fundamentais e a interpretação constitucional. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
62. MOREIRA, E. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; TAYAH, J. M.; LITRETO, R. M.. Participação em banca de ÚRSULA MORENA CHAVES. Ensaio sobre o discurso do ódio: Uma perspectiva jurídica de sua repercussão na sociedade. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
63. COSTA, A. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; PINTO, S. C. A.; CEIA, E. M.. Participação em banca de JÉSSICA GUIMARÃES MORAES. Cotas raciais: Meio de se democratizar o que aparentemente está democratizado. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
64. MOREIRA, E. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; LOPES, R. A. L.. Participação em banca de GIOVANE SOSSAI GOMES. Ativismo judicial e judicialização da política. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
65. MOREIRA, E. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; PEREIRA FILHO, M. A.; FROES, R.. Participação em banca de CARLOS EDUARDO AZEVEDO PIMENTA. O controle misto de constitucionalidade de leis e atos municipais: Os institutos da Representação de Inconstitucionalidade e da Ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental e o papel do Supremo Tribunal Federal. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
66. MOREIRA, E. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; LOPES, R. A. L.. Participação em banca de ANTÔNIO RICARDO FERREIRA BORGES. A democratização da cidadania através do estudo do Direito no ensino básico. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
67. MOREIRA, E. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; PEREIRA FILHO, M. A.. Participação em banca de LUIZ CLAUDIO FAGUNDES BRANDÃO JUNIOR. As incoerências dos casos de permissão do aborto no Brasil. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
68. MOREIRA, E. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; PEREIRA FILHO, M. A.; FROES, R.. Participação em banca de AMANDA ELLEN DE LEDO CRUZ PRADO. Análise da divulgação individualizada das remunerações dos agentes públicos federais imposta pela Lei n. 12.527/2011 e pelo Decreto n. 7.724/2012 à luz do direito fundamental à privacidade e dos princípios constitucionais

- da publicidade e da supremacia do interesse público. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
69. MOREIRA, E. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; GARCIA, I. S.; PEREIRA FILHO, M. A.. Participação em banca de SORAYA NOUIRA Y MAURITY. Intervenção do Estado sobre o domínio econômico pelo planejamento orçamentário e os direitos do particular face às suas alterações, à luz dos princípios constitucionais. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
70. GARCIA, I. S.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; PEREIRA FILHO, M. A.. Participação em banca de LOLA GARCIA DOS SANTOS FERNANDES. O fornecimento de medicamentos pela União. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
71. MOREIRA, E. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; PEREIRA FILHO, M. A.. Participação em banca de EDUARDO FARIA DA SILVA JUNIOR. As diferenças entre os mecanismos da Interpretação Conforme a Constituição e da Declaração de Inconstitucionalidade sem Redução do Texto. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
72. MOREIRA, E. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; PEREIRA FILHO, M. A.. Participação em banca de PEDRO HENRIQUE CHAVES ABREU DO AMARAL. O direito constitucional à moradia e os problemas jurídicos e socioeconômicos para sua efetivação em espaço urbano no Brasil. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
73. MOREIRA, E. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio. Participação em banca de CINTHIA GUIMARÃES RIVERO GONZALEZ. A Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão e o Mandado de Injunção. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
74. MOREIRA, E. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; SARMENTO, D. A.. Participação em banca de TATHIANE CAMPOS SOARES. O contrato "Built to Suit" e a sua viabilidade na Administração Pública. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
75. MOREIRA, E. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; SARMENTO, D. A.. Participação em banca de DANIELLA LOPES PESSANHA. A constitucionalidade da Lei do Tiro de Destruição frente aos princípios constitucionais. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
76. MOREIRA, E. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; PIRES, A. R.; MONTEIRO, Guilherme Diegues. Participação em banca de CAROLINA MACHADO CALHEIROS. A imunidade da CSLL

sobre as receitas decorrentes de exportação. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

77. MOREIRA, E. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; MONTEIRO, Guilherme Diegues. Participação em banca de STÉFANIE SILVA ABREU DE SOUZA. O sistema de cotas como ação afirmativa no Brasil. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

78. MOREIRA, E. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; BRANDÃO, Rodrigo. Participação em banca de THATIANY MATOS CARPANEZ. Da expansão do Poder Judiciário no Brasil: A judicialização da política e o ativismo judicial. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

79. MOREIRA, E. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; BRANDÃO, Rodrigo. Participação em banca de THIAGO FERREIRA PENNA. Da "in" constitucionalidade da Lei Complementar n. 135/2010. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

80. MOREIRA, E. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; BELLO, Enzo.. Participação em banca de ROBERTA LIMA BARRETO. Enfraquecimento do Poder Legislativo e propostas para recuperação de seu espaço. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

81. MOREIRA, E. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; PEIXOTO, Leonardo Scofano Damasceno. Participação em banca de TAÍS MATOSINHOS VASCONCELLOS MADEIRA DE ALMEIDA. A Defensoria Pública como instituição capaz de garantir a efetivação de direitos através de ação civil pública no Estado do Rio de Janeiro. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

82. MOREIRA, E. R.; MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; MONTEIRO, Guilherme Diegues. Participação em banca de BRUNO LACERDA PINHEIRO. A tributação ambiental como instrumento de efetivação do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Neste sentido, em relação ao item 3.7, o candidato teria obtido a nota final de 8,2 (oito vírgula dois) pontos.

3.8. Prêmios atribuídos publicamente por instituição acadêmica

1. Prêmio Valores da Educação pelo Mérito Educacional, Curadoria do acervo da Professora Jocira Lozada.
2. Prêmio Innovare categoria especial, Instituto Innovare.
3. Condecoração Jubileu de Bronze pela Advocacia-Geral da União (AGU).

Neste sentido, em relação ao item 3.8, o candidato teria obtido a nota final de 1,5 (um vírgula cinco) pontos.

3.12. Orientação de alunos de graduação (monografia, estágio interno, IC, extensão, PIBIC e PIBID)

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; CEIA, E. M.; OLIVEIRA, R. C. R.. Participação em banca de GUSTAVO XIMENES PINTO. Concurso Público e a Investigação Social: a impossibilidade de eliminação de candidato na pendência de inquérito policial ou ação penal não transitada em julgado. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

2. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; FERREIRA, D. B.; CEIA, E. M.. Participação em banca de IHURY BASTOS PEREIRA DARMONT. O sistema britânico do weakform, como solução para a crise de legitimidade do sistema constitucional brasileiro. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

3. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; FERREIRA, D. B.; OLIVEIRA, R. C. R.. Participação em banca de MARIANA GOULART. O terceiro setor e o papel das Organizações Sociais no sistema jurídico brasileiro. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

4. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; FERREIRA, D. B.; OLIVEIRA, F. M. R.. Participação em banca de VITOR CASAL RIBEIRO. Supremacia judicial e diálogos constitucionais. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

5. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; LEGALE, S.; RIBEIRO, I. A. C.. Participação em banca de PAULO HENRIQUE LOPES VAZ DE MELO. A implementação das sentenças condenatórias da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Brasil. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

6. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; FERREIRA, D. B.; GONCALVES JUNIOR, J. C.. Participação em banca de FELIPE PEREIRA GOUVEA. O princípio da isonomia como delimitador do campo de incidência do ISS fixo e variável sobre a pessoa jurídica. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

7. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; MARSHALL, C. I. F.; GONCALVES JUNIOR, J. C.. Participação em banca de FELLIPE MÜLLER BARBOZA CORREIA. O papel do Estado frente às novas tecnologias: O caso Uber. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

8. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; CEIA, E. M.; SANTOS, P. G.. Participação em banca de RENATO BEZERRA HERCULANO.O Poder Judiciário tem a última palavra acerca da interpretação constitucional? O Judiciário como defensor dos direitos das uniões homoafetivas. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

9. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; RODRIGUES, R. A. R.; CEIA, E. M.. Participação em banca de CAIANN FERREIRA VIANNA..A juridicidade como limitadora da atuação administrativa: novas diretrizes de uma Administração Pública constitucionalmente orientada. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

10. MARTINS DE ARAUJO, Luis Claudio; GONCALVES JUNIOR, J. C.; RODRIGUES, R. A. R.; SILVA, R. C. E.. Participação em banca de IURI LEITE FARIAS.A superação de um modelo tributário meramente arrecadatário: Do poder de tributar normativamente direcionado ao poder de tributar eticamente direcionado. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

Iniciação científica

11. MARIA MARA MUSCO ZEITUNE. Perspectiva das competências constitucionais sob a ótica do transconstitucionalismo. Início: 2018. Iniciação científica (Graduando em Direito) - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. (Orientador).

Neste sentido, em relação ao item 3.12, o candidato teria obtido a nota final de 1,1 (um vírgula um) ponto.

Neste sentido, o candidato teria obtido a nota final de 25,4 (vinte e cinco vírgula quatro) pontos, limitado à pontuação máxima de 20,00 (vinte) pontos, ou a nota final de 19,9 (dezenove vírgula nove), em relação ao em relação ao quadro 3 (atividades técnico-científicas e orientação).

QUADRO 4 – DOCÊNCIA, GESTÃO E ATIVIDADE PROFISSIONAL

(Pontuação Máxima: 40 pontos)

| ESPECIFICAÇÕES | Pontuação | | No. de Produtos | Pontu Atrib |
|---|-----------|--|-----------------|-------------|
| 4.1. Docência na Graduação na área por semestre | 1,5 | | | |
| 4.2. Disciplina na Pós-graduação <i>lato sensu</i> na área por semestre letivo | 1,5 | | | |
| 4.3. Docência na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> na área por semestre letivo | 2,0 | | | |
| 4.4. Curso e/ou Disciplina de extensão (30 horas ou mais) | 1,5 | | | |

| | | | | |
|--|-----|--|--|--|
| 4.5. Coordenação de Projeto de Pesquisa, Ensino ou de Extensão | 1,0 | | | |
| 4.6. Participação no Desenvolvimento de Projeto de Pesquisa, Ensino ou de Extensão | 0,5 | | | |
| 4.7. Gestão no âmbito universitário por mandato | 0,5 | | | |
| 4.8. Experiência profissional na área por ano | 1,0 | | | |
| 4.9. Monitoria por ano | 0,5 | | | |
| Pontuação do Candidato no Quadro 4 | | | | |
| <i>NOTA FINAL: (Total dos Pontos divididos por 10)</i> | | | | |

Ora, em relação ao quadro 4 (docência, gestão e atividade profissional), o candidato apresentou os seguintes títulos:

4.1. Docência na Graduação na área por semestre

Declaração do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), da docência na graduação desde o segundo semestre de 2013.

Neste sentido, em relação ao item 4.1, o candidato teria obtido a nota final de 15 (quinze) pontos.

4.2. Disciplina na Pós-graduação lato sensu na área por semestre letivo

1. Declaração da pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), das pós-graduação em:

- 1.1. Advocacia Pública;
- 1.2. Direito da Economia da Regulação e Concorrência;
- 1.3. Direito do Estado.

2. Declaração da pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

3. Declaração da pós-graduação da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), das pós-graduação em:

- 3.1. Direito Administrativo em 2018;
- 3.2. Direito Administrativo em 2015.

4. Declaração da pós-graduação da Escola de Administração Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (ESAJ).

5. Declaração da pós-graduação da Universidade Cândido Mendes (UCAM), das pós-graduação em:

- 5.1. Princípio da publicidade, transparência pública e Lei nº 12.527/11 (Lei de acesso à informação-LAI).
- 5.2. Responsabilidade Civil Ambiental;
- 5.3. Controle jurisdicional das políticas públicas.

Neste sentido, em relação ao item 4.2, o candidato teria obtido a nota final de 15 (quinze) pontos.

4.4. Curso e/ou Disciplina de extensão (30 horas ou mais)

1. Direito Constitucional Contemporâneo.
2. O diálogo de Cortes no Sistema Interamericano.
3. Jurisdição Internacional. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
4. Atualização em direito administrativo.
5. Atualização em controle de constitucionalidade.
6. Direito Ambiental aplicado.
7. Direitos e garantias fundamentais.
8. Direito Ambiental aplicado.

Neste sentido, em relação ao item 4.4, o candidato teria obtido a nota final de 12 (doze) pontos.

4.8. Experiência profissional na área por ano.

Declaração da Advocacia-Geral da União (AGU), da experiência de 13 (treze) anos, 02 meses e 12 dias como Advogado da União.

Neste sentido, em relação ao item 4.8, o candidato teria obtido a nota final de 13 = 16 (treze) pontos.

Neste sentido, o candidato teria obtido a nota final de 55,0 (cinquenta e cinco) pontos, em relação ao quadro 4 (docência, gestão e atividade profissional), limitado à pontuação máxima de 40,00 (quarenta) pontos.

Por conseguinte, em relação à prova de títulos, o candidato teria obtido a nota final de 13,4 (treze vírgula quatro) pontos ou 12,9 (doze vírgula nove) pontos (a depender da pontuação atribuída ao item 3.3), limitado à pontuação máxima de 10,00 (dez) pontos.

DESTA FEITA, tendo em vista a alteração da nota atribuída à prova de títulos de 9,1 (nove vírgula um) para de 10,00 (dez) pontos, O CANDIDATO TERIA OBTIDO A NOTA FINAL DE 7,55 (SETE VÍRGULA CINQUENTA E CINCO), NA MÉDIA ARITMÉTICA DAS PROVAS ESCRITAS, DIDÁTICA E DE TÍTULOS.

Desta feita, o candidato vem requerer a revisão da nota final obtida na média aritmética das provas escritas, didática e de títulos do Concurso de Professor Adjunto A, nível 1, regime de trabalho de 40 horas semanais, em Direito/Direito Administrativo, do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas, Departamento de Direito Positivo, de 7,25 (sete vírgula vinte e cinco) pra 7,55 (sete vírgula cinquenta e cinco).

Nestes termos

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2018.

LUIS CLAUDIO MARTINS DE ARAUJO

Assinatura do candidato



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Jurídicas e Políticas - CCJP
Escola de Ciências Jurídicas – ECJ
Departamento de Direito Positivo – DDP

**QUADRO GERAL DE NOTAS DAS PROVAS DO CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E
TÍTULOS PARA PROFESSOR EFETIVO DE DIREITO ADMINISTRATIVO – 2018**

DIA 06/12/2018

| NOME DO CANDIDATO | ESCRITA | TÍTULOS | DIDÁTICA | TOTAL |
|-----------------------------------|----------------|----------------|-----------------|--------------|
| ANDRÉ SADDY | 8,18 | 0,0 | 5,66 | 4,61 |
| FARLEI MARTINS RICCIO DE OLIVEIRA | 8,50 | 7,6 | 6,33 | 7,47 |
| VANICE REGINA LÍRIO DO VALLE | 8,50 | 10,0 | 6,83 | 8,44 |
| LUIS CLAUDIO MARTINS DE ARAUJO | 7,00 | 9,10 | 5,66 | 7,25 |
| EMERSON AFFONSO DA COSTA MOURA | 9,00 | 10,0 | 9,50 | 9,50 |
| CARINA DE CASTRO QUIRINO | 7,66 | 0,0 | 5,00 | 4,22 |